

O QUIZ COMO POSSIBILIDADE DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: um estudo a partir da Lei Orgânica do Município de Itabuna-BA

Vinícius Bomfim Souza[1]
Alisson Costa Silva dos Santos[2]

Palavras-chave: Estudo do lugar; Legislação municipal; Metodologia de ensino.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado do processo do estágio supervisionado em vivência escolar, onde os autores puderam conhecer a dinâmica da turma do 8º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Tereza Cristina Ribeiro Estrela, localizada no município de Itabuna-BA; o estágio foi constituído pelas observações das aulas de Geografia, onde se tornou possível correlacionar as teorias discutidas no processo de formação inicial com sua aplicação – ou não – em sala de aula, os pressupostos teórico-metodológicos adotados pela professora regente, as etapas de planejamento, para que, ao final, fosse realizada uma proposta de intervenção junto à turma observada.

Diante disso, reforça-se que o estágio torna-se um momento salutar para a articulação da práxis docente, e no que tange ao estágio de observação, é muito significativo relacionar os aprendizados no ambiente acadêmico com o fazer pedagógico dos professores supervisores, afinal, a partir desse momento existe um processo de filtragem quanto às atitudes profissionais e os anseios futuros, como complementa Cacete (2015, p. 3):

> Essa é uma questão muito complicada: ninguém nasce professor, nós nos formamos professor. Assim, não basta saber os conteúdos para se exercer o papel de professor. A aula envolve uma série de conhecimentos e de reflexões que devem ser pautados nos cursos de formação. Em outras palavras, é importante e necessária a formação dos professores em Nível Superior.

[1] Licenciando em Geografia, Universidade Estadual de Santa Cruz e Bacharel em Geografia.
[2] Licenciando em Geografia, Universidade Estadual de Santa Cruz e Bacharel em Geografia.

A autora destaca que o processo ensino-aprendizagem vai além do domínio de conteúdos – apesar de necessário – exige uma imersão avaliativa da própria atribuição docente e, sobretudo, flexibilidade nas práticas devido às múltiplas realidades encontradas na escola; e dentro desse contexto, surgem as particularidades de cada pessoa que passa pelo processo de formação docente.

> A construção de uma trajetória profissional necessita de um determinado tempo e envolve saberes que são construídos e se legitimam no dia a dia da sala de aula, sendo influenciados pelas características pessoais de cada um e pelos enfrentamentos próprios da profissão (Martins; Tonini, 2016, p. 101).

No entanto, nem sempre o estágio representa um processo simbólico e enriquecedor na formação docente. As adversidades enfrentadas durante esse período de vivência, muitas vezes, desmotivam o exercício do papel político e social que se espera do professor. Para além dos problemas estruturais da escola e da escassez de recursos, destaca-se também a falta de engajamento dos discentes frente às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) (Costa, 2017).

Nesse sentido, concordamos com a contribuição de Callai (2000) no que diz respeito a definição de uma escala de análise e a importância de estruturar o ensino de Geografia através do lugar de vivência - distinguindo das concepções dos círculos concêntricos – tendo como enfoque neste caso a temática Estado, Nação e Território, estudada no 8º ano do Ensino Fundamental. Diante disso, por se tratar de um conteúdo que refere-se a conceitos importantes, utilizamos como base a Lei Orgânica do Município de Itabuna (LOMI) (Itabuna, 1990). Através desta Lei, pôde ser mediado e estudado os poderes constituintes no município, as competências do município, os direitos e deveres dos cidadãos, ao passo que foram feitas analogias à Constituição Federal (Brasil, 1988), mostrando como a LOMI (Itabuna, 1990) a complementa em uma escala geográfica menor. É válido ressaltar que a iniciativa de trabalhar com a LOMI (Itabuna, 1990) partiu da professora regente e, juntos, pudemos introduzir esta temática e mediar os conhecimentos para posteriormente aplicarmos a dinâmica do Quiz.

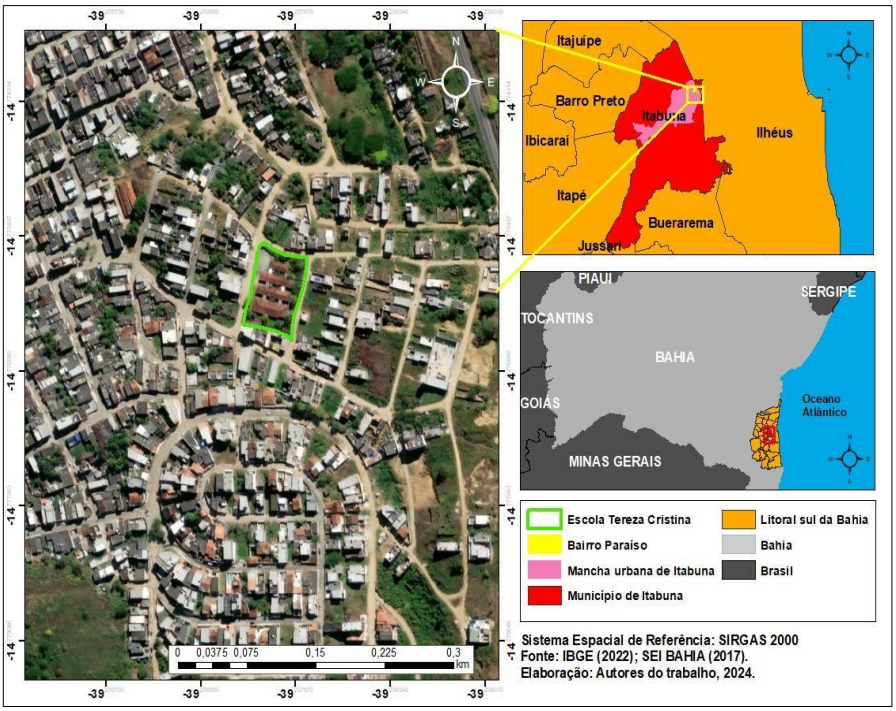
Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi realizar uma intervenção didática com enfoque na LOMI (Itabuna, 1990) utilizando o Quiz como técnica didático-pedagógica. A análise da sequência didática configura-se como um relato de experiência, uma vez que se baseia em vivências durante o estágio supervisionado desenvolvido em 2024. A abordagem adotada é qualitativa, com o intuito de refletir sobre o processo de planejamento da dinâmica, a operacionalização e os resultados obtidos. Os procedimentos metodológicos incluíram levantamento bibliográfico sobre temas como ensino de Geografia, estágio supervisionado, jogos didáticos e metodologias de ensino em Geografia, utilizando descritores específicos em plataformas como *SciELO* e *Google Acadêmico*. Também foram realizadas análise documental da LOMI (Itabuna, 1990), observação sistemática e registros iconográficos da infraestrutura escolar, vislumbrando investigar as potencialidades que este espaço poderia proporcionar as estratégicas didáticas ao ensino de Geografia, especificamente.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A Escola Municipal Tereza Cristina Ribeiro Estrela, situada no bairro Paraíso, na cidade de Itabuna, Bahia (Figura 1), é uma instituição de ensino que atende a 480 alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental no turno matutino. Com uma estrutura composta por cinco salas em cada um dos dois corredores (totalizando 10 salas), a escola conta com 28 professores e 9 funcionários administrativos, além de duas secretárias que auxiliam na gestão escolar. Contudo, a instituição enfrenta inúmeros desafios relacionados à sua infraestrutura e à qualidade do

ambiente educacional. Estes problemas incluem salas de aula pequenas, ventilação insuficiente, falta de recursos para elaboração de oficinas, espaços de convivência muito limitados ou inexistentes, que são amplamente encontrados nas escolas públicas do país (Amancio; Oliveira; Oliveira, 2021).

Figura 1 – Mapa de Localização da Escola Municipal Tereza Cristina Ribeiro Estrela



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Autores do trabalho, 2024.

O bairro Loteamento Paraíso está localizado na região nordeste da cidade de Itabuna, e faz divisa com os bairros Parque Verde, Parque Boa Vista e João Soares, situando-se próximo à Avenida Capixaba (via primária) que a interliga ao bairro Califórnia. Este contexto geográfico posiciona o bairro Paraíso como uma área periférica da cidade, caracterizada por uma série de desafios socioespaciais que impactam diretamente a qualidade de vida de seus moradores e, consequentemente, dos estudantes. Uma das principais questões enfrentadas pelo bairro é a ausência de asfaltamento; as vias sem pavimentação dificultam a mobilidade urbana, especialmente durante o período de grande volume pluviométrico, quando muitas áreas ficam intransitáveis e muitas vezes alagadas devido aos problemas da rede de microdrenagem, que afeta diretamente a escola e a entrada e saída de discentes, docentes e demais funcionários.

Considerando esse cenário, o ensino de Geografia deve proporcionar um aprendizado que envolva os conceitos e princípios da geografia a fim de aproximar o conhecimento científico junto ao conhecimento escolar; todavia, antes de tudo, para que esse processo de ensino seja significativo, as experiências/vivências dos discentes devem ser valorizadas (Moraes, 2012).

Neste panorama, o professor possui papel fundamental em estabelecer relações que atendam às necessidades dos discentes enquanto sujeitos autônomos e capazes de pensar criticamente; deve-se estabelecer a necessidade da construção do raciocínio espacial pautado na lógica e na construção do conhecimento geográfico, como aponta Cavalcanti (2019, p. 141): "[...] o conhecimento geográfico é resultado de uma relação de interdependência entre esse

sujeito e esse objeto, em que ambos participam ativamente". E para isso, os discentes necessitam ter clareza sobre os conceitos que são estudados. Diante disso, Cavalcanti (2019, p. 140) acrescenta que:

> Para que os alunos formem conceitos, para que desenvolvam sua capacidade de pensar teoricamente, é necessário encaminhar as atividades de modo a favorecer esse processo. Daí decorre a necessidade da discussão do método, de caminhos metodológicos sugeridos para que essa meta seja alcançadas.

Para que esse processo ocorra, é necessário que o docente enxergue a aula como forma de organização do ensino, despertando as atitudes, convicções, conhecimentos e habilidades – não aquelas ditadas pelos documentos normativos conservadores – que sejam capazes de instigar e facilitar a etapa de aprendizagem dos discentes (Libâneo, 2006).

Para maior dinamicidade em sala de aula, o docente deve utilizar diferentes metodologias, linguagens e técnicas, para além das calcadas na escola tradicional, onde a exposição e a memorização prevalecem; ou nos kits de sobrevivência docente formulados por políticas que banalizam a capacidade do professor em pensar nas suas próprias metodologias (Libâneo, 2012).

À luz do exposto, a LOMI (Itabuna, 1990), na seara da temática do Estado, Nação e Território se torna importante, pois como discute Callai (2000) o estudo da legislação local – em detrimento da noção do estudo do lugar - permite que os discentes possam participar ativamente das discussões que envolvam os condicionantes de sua realidade, mas sem se desfazer da reflexão inter-escalar. Sendo assim, foi proposta uma leitura prévia da LOMI (Itabuna, 1990), direcionando os artigos e seus respectivos parágrafos e incisos a serem lidos, que instituem por exemplo: o número de vereadores na câmara, os diferentes poderes constituintes de um município (diferença do executivo e legislativo), os deveres da administração pública em subsidiar problemas urbanos - incluindo os que foram supracitados neste trabalho - entre outras discussões vinculadas aos conceitos da temática estudada. O Quiz foi organizado com perguntas correlacionadas ao que foi previamente acordado, assim como também foi estruturado com antecedência os recursos utilizados (as placas e os prêmios), bem como a sistematização das pontuações e organização dos grupos. A dinâmica foi bem recebida pelos discentes, que se aprofundaram nas leituras e obtiveram significativos números de acertos; também houve discussões mediadas durante o Quiz, que denota que esta não precisa, necessariamente, ser uma técnica engessada em correto e errado, mas como potencialidade em discutir as problematizações abordadas em sala, além de contribuir com a relação e participação entre os discentes como aponta Verri e Endlich (2009, p.67):

> Sabemos que ao falarmos em jogos perdura a ideia de competição e até mesmo de rivalidade, mas podemos analisar esse aspecto como uma forma de crescimento individual, tendência de superação e até mesmo de desenvolvimento do espírito de colaboração, quando envolve jogos em grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de observação, foi notório as dificuldades enfrentadas na escola; e diante do cenário da fragilização da educação, ficou perceptível que seguir apenas o que consta nos livros didáticos – como um roteiro - coloca o docente numa posição de reprodutores de conhecimentos estabelecidos neste recurso e dos interesses hegemônicos. O quiz possibilita uma abordagem mais participativa com os discentes, priorizando assuntos aquém dos livros didáticos e ponderando assuntos que problematizem o lugar de vivência, potencializando o raciocínio geográfico, que no caso do tema Estado, Nação e Território também pôde demarcar

uma outra escala de análise – para além da nacional – abrangendo novas perspectivas e especificidade do lugar estudado, no caso do município de Itabuna-BA.

REFERÊNCIAS

AMANCIO, Geovanni Mendes; OLIVEIRA, Alex Gonçalves; OLIVEIRA, David Daniel de Lima. A influência da estrutura escolar no processo de ensino-aprendizagem. In: VII Congresso Nacional da Educação - Conedu em Casa, 2021, **Anais eletrônicos** [...] Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/80781>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL**.** Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [s.d.]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 jun. 2024.

CACETE, Núria Hanglei. Formação do professor de geografia: sobre práticas de ensino e estágio supervisionado. **Revista da casa de geografia de Sobral**, Sobral, v. 17, n. 2, p. 3 – 11, 2015.

CALLAI, Helena. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antonio (Org.). **Ensino de Geografia**. Porto Alegre: Mediação, 2000. P. 83 – 134.

CAVALCANTI, Lana de Souza. O desenvolvimento do pensamento geográfico: orientação metodológica para o ensino. In: _____. **Pensar pela geografia**: ensino e relevância social. Goiânia: C&A Alfa comunicação, 2019, p. 139 – 180.

COSTA, Elisâgela André da Silva. Estágio Supervisionado e tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) em cursos de Licenciatura: In: PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena**. Estágio e docência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017. P. 207 – 232.

ITABUNA. **Lei Orgânica do Município de Itabuna**. Itabuna: Câmara Municipal, 1990. Disponível em: https://cmitabuna-ba.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=286. Acesso em: 16 jun. 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez. 2006. 262p.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13 – 28, 2012.

MARTINS, Rosa Elisabete Militz; TONINI, Ivaine Maria. A importância do estágio supervisionado em geografia no saber/fazer docente. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 20, n. 3, 2016, p. 98 – 106.

MORAES, Jerusa Vilhena. Teoria e prática de Geografia escolar: a alfabetização e a enculturação científica. In: CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; CAVALCANTI, Lana de Souza; CALLAI, Helena Copetti. **Didática da geografia**: aportes teóricos e metodológicos. São Paulo: EJR Xamã, 2012. p. 221 – 242.

VERRI, Juliana Bertolino; ENDLICH, Ângela Maria. A utiliza«ão de jogos aplicados no ensino de geografia**. Revista Percurso**, Maringá, v.1, n.1, p.65-83, 2009. Disponível em: